

**COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO DESTINADA A INVESTIGAR
DENÚNCIAS E SUPOSTAS IRREGULARIDADES NA CONCESSÃO DE SEGUROS DE
DANOS PESSOAIS CAUSADOS POR VEÍCULOS AUTOMOTORES DE VIAS
TERRESTRES - DPVAT**

REQUERIMENTO Nº 2016

(Deputado Odorico Monteiro)

Requer que seja CONVIDADO a comparecer nesta Comissão Parlamentar de Inquérito, V. Exa. BRUNO ARAÚJO, Ministro de Estado das Cidades, com vistas a debater e esclarecer a destinação dos recursos oriundos da arrecadação do DPVAT e repassados ao Ministério das Cidades.

Senhor Presidente,

Requeiro a Vossa Excelência, com base nos art. 58, § 3º da Constituição Federal, combinado com o art. 2º da Lei na 1.579/1952 e o art. 36, II, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, que a secretaria desta Comissão Parlamentar de Inquérito convide V. Exa. BRUNO ARAÚJO, Ministro de Estado das Cidades, com vistas a debater e esclarecer a destinação dos recursos oriundos da arrecadação do DPVAT e repassados ao Ministério das Cidades.

JUSTIFICATIVA

Em face dos inúmeros casos de concessões fraudulentas de indenizações pagas por meio do DPVAT, e que o Ministério das Cidades é um dos beneficiários dos valores arrecadados pelo Seguro de Danos Pessoais Causados por Veículos Automotores de Vias Terrestres – DPVAT, sendo que do total arrecadado 05% (cinco por cento) são destinados ao DENATRAN, por este motivo, entendemos como de fundamental importância a colaboração a esta CPI do Sr. Ministro responsável pela pasta em comento.

O Seguro Obrigatório de Danos Pessoais Causados por Veículos Automotores de Vias Terrestres, tem caráter indenizatório para todos aqueles que sofrem algum tipo de lesão proveniente

de acidentes de trânsito. As indenizações são pagas mediante a morte do segurado, de invalidez permanente, ou para o reembolso de despesas médicas e hospitalares.

Ocorre que há alguns anos, muitas fraudes envolvendo a concessão deste benefício vem ocorrendo na quase totalidade dos estados da nação, sendo que Ceará, Minas Gerais, Santa Catarina e Paraná apresentam casos alarmantes e já investigados pelas policias locais, fatos estes que motivaram a criação na Câmara dos Deputados desta Comissão Parlamentar de Inquérito.

Pelos motivos acima expostos é que entendemos ser de fundamental importância para o bom andamento desta CPI, que o Sr. Ministro Bruno Araújo, informe a esta Comissão como funciona a gestão dos recursos destinados ao Ministério das Cidades.

Face ao exposto, solicito aos nobres pares a aprovação do presente Requerimento.

Sala das Sessões, 20 de junho de 2016.

ODORICO MONTEIRO

Deputado Federal (PROS/CE)